

ELO PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 09.227.099/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Sócios: Atendendo às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. No exercício, a Sociedade registrou lucro líquido de R\$ 627,3 milhões, patrimônio líquido de R\$ 2,9 bilhões e ativos totais de R\$ 3,2 bilhões. Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, fornecedores e cotistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Barueri, 20 de março de 2020.

A Administração**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	730.917	580.117	5.791.796	4.567.330	Passivos com instituições financeiras	16	–	–	722.685	758.285
Instrumentos financeiros	6	–	–	104.752	174.377	Fornecedores		1.600	2.775	46.509	44.257
Empréstimos e recebíveis	7	–	–	1.194.645	961.425	Contas a pagar operacionais	17	–	–	2.898.051	2.611.488
Contas a receber	8	6.192	1.639	3.192.203	2.736.265	Obrigações com portadores	18	–	–	1.789.769	1.492.815
Imposto a recuperar	9	15.254	10.466	169.585	124.404	Programa de incentivo a vendas	19	–	–	62.275	71.777
Dividendos a receber	22.a	604.452	105.316	–	–	Salários e encargos	20	16.887	13.617	158.931	118.836
Despesas antecipadas	10	1.378	1.156	92.728	78.470	Impostos e contribuições a recolher	21	1.445	675	94.337	59.117
Outros créditos	11	14.974	13.269	283.109	661.568	Passivos contingentes	28	–	–	117.561	119.549
Total do ativo circulante		1.373.167	711.963	10.828.818	9.303.837	Dividendos a pagar	22.b	156.842	143.492	200.185	155.655
Não circulante						Outras contas a pagar	23	10.977	3.467	3.179.873	2.667.285
Instrumentos financeiros	6	–	–	132.084	1	Total do passivo circulante		187.751	164.026	9.270.176	8.099.064
Empréstimos e recebíveis	7	–	–	153.080	154.972	Não circulante					
Despesas antecipadas	10	355	–	115.924	31.162	Passivos contingentes	28	4.678	2.593	74.214	56.859
Depósitos judiciais	12	4.506	2.463	106.697	96.915	Salários e encargos	20	12.834	5.627	9.014	15.060
Ativo fiscal diferido	27.b	7.662	4.084	712.435	601.903	Passivo fiscal diferido	27.b	–	–	39.678	31.955
Outros créditos	11	–	–	2.335	2.177	Outras contas a pagar	23	–	–	66	301
Investimento	13	1.714.979	1.789.547	820	13.484	Arrendamento mercantil a pagar	24	11.680	–	62.296	–
Ágio sobre investimento	13	89.637	176.969	278.366	365.698	Total do passivo não circulante		29.192	8.220	185.268	104.175
Imobilizado	14	17.603	7.763	108.708	44.240	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores					
Intangível	15	853	773	262.628	227.728	Capital social	29.a	1.052.000	1.052.000	1.052.000	1.052.000
Total do ativo não circulante		1.835.595	1.981.598	1.873.077	1.538.280	Ajustes de avaliação patrimonial	22	–	44	22	44
Total do ativo		3.208.762	2.693.562	12.701.895	10.842.117	Reserva legal	29.b	85.480	85.480	85.480	85.480
						Reserva estatutária de expansão	29.c	1.854.317	1.383.792	1.854.317	1.383.792
						Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		2.991.819	2.521.316	2.991.819	2.521.316
						Participação de acionistas não controladores		–	–	254.632	117.562
						Total do patrimônio líquido		2.991.819	2.521.316	3.246.451	2.638.878
						Total do passivo		3.208.762	2.693.562	12.701.895	10.842.117

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita Bruta				6.649.945	5.143.609
Impostos sobre serviços				(661.154)	(534.534)
Receita operacional	30	–	–	5.988.791	4.609.074
Custo dos serviços prestados	31	–	–	(2.761.717)	(2.081.094)
Lucro bruto				3.227.074	2.527.980
Receitas/(despesas), líquidas					
Pessoal	31	(2.341)	(1.413)	(494.306)	(431.705)
Gerais e administrativas	31	(15.759)	(4.135)	(1.085.707)	(955.557)
Resultado com equivalência patrimonial	13	703.542	571.671	(13.341)	13.484
Outras receitas/(despesas)	31	(87.860)	(15.775)	(577.662)	(231.764)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		597.582	550.348	1.056.058	922.438
Receitas financeiras	32	40.810	28.938	378.144	314.403
Despesas financeiras	32	(2.205)	(1.378)	(239.960)	(266.597)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		636.187	577.908	1.194.242	970.244
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27.a	(12.398)	(6.656)	(489.251)	(370.747)
Diferidos	27.a	3.578	2.716	102.789	38.580
Lucro líquido		627.367	573.968	807.780	638.077
Atribuível a:					
Acionistas controladores		627.367	573.968	627.367	573.968
Acionistas não controladores		–	–	180.413	64.109
Lucro por lote de mil quotas em R\$		0,5964	0,5456	–	–

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Resultado dos exercícios		627.367	573.968	807.780	638.077
Outros resultados abrangentes		(22)	(8.065)	(22)	(8.065)
Resultado abrangente total		627.345	565.903	807.758	630.012
Resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		627.345	565.903	627.345	565.903
Acionistas não controladores		–	–	180.413	64.109
Resultado abrangente total		627.345	565.903	807.758	630.012

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva para expansão	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido (acionistas controladores)	Participação acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		930.000	8.109	86.750	1.094.070	–	2.118.929	42.041	2.160.970
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(8.065)	–	–	–	(8.065)	–	(8.065)
Adoção inicial do CPC 47 e 48		–	–	–	–	(13.000)	(13.000)	–	(13.000)
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	11.412	11.412
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	573.968	573.968	64.109	638.077
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		–	–	(1.270)	–	–	(1.270)	–	(1.270)
Aumento de capital		122.000	–	–	(122.000)	–	–	–	–
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	–	(143.492)	(143.492)	–	(143.492)
Reserva para expansão		–	–	–	411.722	(417.476)	(5.754)	–	(5.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.052.000	44	85.480	1.383.792	–	2.521.316	117.562	2.638.878
Ajuste de avaliação patrimonial		–	(22)	–	–	–	(22)	–	(22)
Participação de acionistas não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	627.367	627.367	180.413	807.780
Destinação do lucro líquido:									
Dividendos propostos	22.b	–	–	–	–	(156.842)	(156.842)	(43.343)	(200.185)
Reserva para expansão		–	–	–	470.525	(470.525)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.052.000	22	85.480	1.854.317	–	2.991.819	254.632	3.246.451

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Elo Participações Ltda. ("Sociedade") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade empresária limitada, domiciliada no Brasil que tem como cotistas controladores diretos o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512, 2º, 8º e 11º andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" Barueri, São Paulo.

A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a gestão de negócios e ativos de empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade; a prestação de serviços relacionados com atividades, transações e operações para empresas controladas, direta ou indiretamente pela Sociedade, bem como a realização de todas e quaisquer atividades conexas ou correlatas, que não sejam privativas de sociedade de prestação de serviços profissionais regulamentadas e que não dependam de autorização governamental específica; a prestação de quaisquer serviços administrativos às empresas controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. O licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade.

Controladas diretas:

Empresas	Setor	Controladas	2019	2018
			Participação no capital social	Participação no capital social
Alelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Elo Serviços S.A.	Serviços	Direta	56,97%	56,97%
Elo Holding Financeira S.A.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Livelo S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Movera Serviços do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	99,99%	99,99%
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	Serviços	Direta	99,99%	99,99%
Kartra Participações Ltda.	Holding	Direta	99,99%	99,99%

O contexto operacional das controladas estão demonstradas abaixo:

Alelo S.A. - foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a: (i) a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; (ii) desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (iii) a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; e (iv) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Elo Serviços S.A. - tem como objetivo a prestação de serviços relacionados a soluções e meios de pagamento em geral, inclusive através de meios eletrônicos, a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia acionista ou quotista e o licenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes de titularidade da Sociedade ou o sublicenciamento de marcas, expressões, domínios e patentes por terceiros à Sociedade.

Elo Holding Financeira S.A. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições.

Alpha Serviços de Rede de Autoatendimento S.A. - tem como objetivo atuação própria ou mediante consórcios, consórcios, parcerias ou participações de capital em outras sociedades, a prestação de serviços, o planejamento e o desenvolvimento de tecnologia nas áreas bancária, comercial, industrial ou de serviços, inclusive através da indicação de operadores de rede, definição de padrões e arquitetura tecnológica, acompanhamento de contratos e planejamento logístico, visando à implantação, administração, operação, manutenção ou integração de redes

continua →

→ continuação

próprias ou de terceiros de caixas automáticas e equipamentos similares acionadas por clientes de instituições financeiras e de empresas administradoras de cartão de crédito, mediante o uso de tecnologias disponíveis, para a realização de operações bancárias e outros serviços possibilitados por esses equipamentos.

Nível S.A. - A Companhia tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Companhia e/ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados a consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a Participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda. - A Sociedade tem por objeto principal a prestação de serviços relacionados ao segmento de micro finanças, podendo, neste sentido, exercer as seguintes atividades de Microcrédito Produtivo Orientado - MPO, nos termos do § 2º do artigo 2º da Lei 11.110, de 25 de abril de 2005 relacionados à prestação de serviços necessários à contratação e ao acompanhamento de operações de MPO e serviços de orientação e capacitação de pessoas físicas ou jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, além de, prestar serviços de correspondente de instituições financeiras, na forma dos normativos específicos.

Ibi Promotora de Vendas Ltda. - A Sociedade tem por objetivo a prestação de serviços relacionados à promoção de vendas, representação, prospecção de novos clientes, correspondentes de instituições financeiras e demais serviços correlatos.

Kartra Participações Ltda. - tem como objeto exclusivo a participação societária em instituições financeiras e demais instituições. A Sociedade possui o controle direto do Banco Digio S.A.

Controladas indiretas

Banco Digio S.A. - tem por objeto a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes as carteiras de investimento e de crédito, financiamento e investimento, as quais são autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo ainda participar de outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 26 de março de 2020.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras consolidadas e individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada. São sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

A Sociedade e suas controladas classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

b.1 Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA - instrumento de dívida; VJORA - instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

• Ativos financeiros mensurados a VJR

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

• Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por

perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

• Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

b.2 Impairment de Ativos financeiros

O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, e instrumentos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e

- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial

A Sociedade optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações forward-looking.

A Sociedade presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

• Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

• Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação de crédito" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

b.3 Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

• Nível 1
Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

• Nível 2
Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

• Nível 3
Dados não observáveis para ativo ou passivo.

c. Imobilizado
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edificações 25 anos
Instalações 10 anos

Máquinas e equipamentos 10 anos
Móveis e utensílios 10 anos

Equipamentos de informática e telecomunicações 5 anos
Software e aplicativos 5 anos

Veículos 5 anos
Benefícios em imóveis de terceiros 5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Despesas antecipadas
São contabilizados nesta rubrica os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

e. Combinação de negócios
Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle a Sociedade leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

• O valor da contraprestação transferida;

• O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirente;

• Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição;

• O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

• Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

f. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Sociedade possui controle compartilhado, onde a Sociedade tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

g. Intangível
Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

h. Ágio (*goodwill*)
O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual ou quando houver indício de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 11 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade identificou por meio de laudo técnico, que não há expectativa de realização do ágio da Controlada Ibi Promotora de Vendas Ltda., conforme evidenciado na nota explicativa 13. Para as demais Controladas as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

i. Redução ao valor recuperável do ativo
A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são registradas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

j. Ativos e passivos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25:

Ativos contingentes - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Passivos contingentes - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perda possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

k. Reconhecimento da receita
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Sendo todos os itens acima avaliados e submetidos as mudanças decorrentes da adoção do CPC 47 que estabeleceu novo procedimento de reconhecimento de receitas de contratos com clientes, vigente a partir do exercício de 2018.

l. Outras receitas e despesas financeiras
As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; e (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

m. Receitas/(despesas), líquidas
As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

n. Imposto de renda e contribuição social
O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos
O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

• Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;

• Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e

• Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros

continua →

→ continuação

23. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita diferida (a)	-	-	2.471.816	1.960.496
Provisão de custos dos serviços prestados	-	-	165.666	268.244
Provisões de despesas gerais e administrativas	10.675	3.454	112.230	103.066
Provisão de comissionamento sobre incentivos	-	-	101.961	86.984
Desenvolvimento, manutenção e suporte	-	-	150.901	93.743
Crédito a clientes	-	-	74.611	54.611
Provisões de Marketing	-	-	35.713	38.026
Contas a pagar partes relacionadas	302	13	11.175	13.642
Provisão de tributos	-	-	13.019	10.910
Serviços profissionais	-	-	33.441	33.242
Outros contas a pagar	-	-	9.406	4.622
	10.977	3.467	3.179.939	2.667.586
	10.977	3.467	3.179.873	2.667.285

Circulante
Não circulante
(a) Refere-se substancialmente ao volume de pontos acumulados que a controlada Lívolo S.A. oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

24. Arrendamento mercantil

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o CPC 06 (R2) que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC 06 (R2) substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R1) e IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil.

	Controladora			
	Saldo inicial 01.01.2019	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2019
Arrendamento mercantil	13.752	(2.908)	836	11.680
	13.752	(2.908)	836	11.680

	Consolidado			
	Saldo inicial 01.01.2019	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2019
Arrendamento mercantil	77.546	(19.924)	4.674	62.296
	77.546	(19.924)	4.674	62.296

25 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado			
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	Recei- Ativo (Pas- sivo) pesas)	Recei- Ativo (Des- sivo) pesas)	Recei- Ativo (Pas- sivo) pesas)	Recei- Ativo (Des- sivo) pesas)	Recei- Ativo (Pas- sivo) pesas)	Recei- Ativo (Des- sivo) pesas)
Caixa e bancos						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	56	-	4	-	1.833.207	-
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	5	-	4	-	11.779	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	5	4
Aplicações financeiras						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	474.477	21.552	356.964	14.534	1.471.016	108.252
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	160.952	15.840	226.550	14.318	2.363.337	208.399
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	67.310	2.854
Banco Digio S.A. - controlada indireta	102.412	2.412	-	-	-	-
Contas a receber						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	-	-	-	-	311.249	224.684
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	-	-	-	-	125.798	213.280
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	29.129	251.951
Cielo S.A. - Outras partes relacionadas	-	-	-	-	263.962	372.572
Elo Serviços S.A. - controlada direta	-	-	48	-	-	-
Banco Digio S.A. - controlada indireta	-	-	46	-	-	-
Ibi Promotora de Vendas Ltda. - controlada direta	-	-	6	-	-	-
Stelo S.A. - Outras partes relacionadas	-	-	6	-	-	-
Movera S.A. - controlada direta	6.223	-	557	-	-	-
Nível S.A. - controlada direta	-	-	926	-	-	-
Alelo S.A. - controlada direta	7	-	53	-	-	-
Programa de incentivo a vendas						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	-	-	-	-	(19.752)	(90.855)
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	-	-	-	-	(18.888)	(80.506)
Dividendos a receber						
Alelo S.A. - controlada direta	367.407	-	92.121	-	-	-
Elo Serviços S.A. - controlada direta	57.383	-	4.216	-	-	-
Nível S.A. - controlada direta	179.662	-	8.978	-	-	-
Dividendos a pagar						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	(78.437)	-	(71.760)	-	(84.623)	-
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	(78.405)	-	(71.732)	-	(78.405)	-
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	(37.157)	-
Contas a pagar						
Banco Bradesco S.A. - controlador direto	(9)	(27)	(2)	(13)	(381)	(167.643)
Banco do Brasil S.A. - controlador direto	(1)	(11)	(1)	(17)	(132)	(139.796)
Caixa Econômica Federal S.A.	-	-	-	-	(53.458)	(122)
Cielo S.A. - Outras partes relacionadas	-	-	-	-	(136.631)	(152.287)
Alelo S.A. - controlada direta	(2)	-	(13)	-	-	-
Banco Digio S.A. - controlada indireta	(1)	-	-	-	-	-
Ibi Promotora de Vendas Ltda. - controlada direta	(300)	-	-	-	-	-

26 Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos administradores totalizaram na controladora e no consolidado R\$ 526 e R\$ 12.680 respectivamente (R\$ 1.406 e R\$ 10.622 em 31 de dezembro de 2018) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas com pessoal".

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade. A Sociedade e suas controladas dispõem de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.001 (R\$ 6.441 em 31 de dezembro de 2018) na qual foram contabilizadas na rubrica "Despesa com pessoal".

27. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	615.699	577.908	1.890.630	1.627.606
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	209.338	196.489	642.814	553.386
Efeito no cálculo dos tributos:				
Contingências tributárias, trabalhistas, cíveis	709	492	5.333	(3.031)
Provisão para perdas do valor recuperável	29.568	-	87.011	9.783
Equivalência patrimonial	(232.239)	(193.228)	(232.239)	(226.932)
Prejuízo fiscal de IRPJ e CSLL	-	(42)	(4.126)	(32.714)
Obrigações fiscais diferidas	-	-	(324)	-
Ativo fiscal diferido	(3.578)	(2.716)	(100.032)	(25.424)
Participação nos lucros - funcionários	3.433	131	8.813	8.332
Provisão para despesas administrativas	1.705	1.191	588	60.228
Incentivos fiscais	(1)	-	(16.002)	(30.728)
Outros valores	(116)	1.623	(5.374)	19.267
Imposto de renda e contribuição social	8.819	3.940	386.462	332.167
Sendo:				
Impostos correntes	12.397	6.656	489.251	370.747
Impostos diferidos	(3.578)	(2.716)	(102.789)	(38.580)
Despesa contabilizada	8.819	3.940	386.462	332.167

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2019
Provisão para contingências tributárias	882	709	-	1.591
Provisão PLR	1.434	3.120	-	4.554
Provisão administrativa	1.691	-	(552)	1.139
Outros valores	77	301	-	378
Total dos créditos tributários	4.084	4.130	(552)	7.662
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	4.084	4.130	(552)	7.662

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2018	Consti- tuição	Realiza- ção	Baixa de Investimentos (a)
Provisão para contingências tributárias	17.847	4.479	-	-
Provisão para contingências trabalhistas	36.480	-	(243)	-
Provisão para contingências cíveis	4.780	538	-	-
Provisão fee - Visa Elo	417	-	(217)	-
Provisão PLR	20.088	8.995	-	-
Provisão administrativa	123.693	-	(12.633)	-
Provisão para devedores duvidosos	112.613	112.580	-	-
Ágio amortização adquirido/cedido por incorporação	95.342	-	(30.803)	-
Provisão para incentivos	14.062	16.528	-	-
Provisão para tributos	3.709	717	-	-
Provisão de receitas	62.881	-	(30.200)	-
Outros valores	12.574	37.217	-	-
Total dos créditos tributários	504.486	181.054	(74.096)	-
Prejuízo fiscal/Base negativa	97.417	3.574	-	-
Total dos créditos tributários	601.903	184.628	(74.096)	-
Total dos passivos diferidos	(31.955)	(7.723)	-	(39.678)
Total líquido dos impostos diferidos	569.948	176.905	(74.096)	672.757

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Controladora		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	3.338	2.734	6.072
Até 5 anos	1.170	420	1.590
Total	4.508	3.154	7.662

	Consolidado			
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Reserva especial de ágio Imposto de renda	Prejuízo/Base negativa Imposto de renda
Até 1 ano	308.654	158.382	3.308	1.191
Até 2 anos	36.143	26.016	3.308	1.191
Até 3 anos	13.234	4.892	2.757	992
Até 4 anos	17.225	6.246	-	-
Até 5 anos	(38)	(6)	-	-
Acima de 5 anos	(506)	(182)	-	-
Total	374.712	195.348	9.373	3.374

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários. Em 31 de dezembro de 2019 no individual e no consolidado correspondem a R\$ 7.143 e R\$ 641.852 respectivamente (R\$ 3.650 e R\$ 444.319 em 2018).

28. Passivos contingentes

A Sociedade e suas controladas são parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

As controladas são parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária, trabalhista e previdenciária. A composição das contingências é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e previdenciárias	-	-	107.573	108.148
Tributárias	4.678	2.593	74.214	56.859
Cíveis	-	-	9.988	11.401
	4.678	2.593	191.775	176.408

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo em 31.12.2019
Tributárias	2.593	2.085	-	4.678
	2.593	2.085	-	4.678

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas/ Reversões	Saldo em 31.12.2019
Trabalhistas e previdenciárias	108.148	49.307	(49.881)	107.574
Tributárias	56.859	30.487	(13.133)	74.213
Cíveis	11.401	5.900	(7.313)	9.988
	176.408	85.694	(70.327)	191.775

As controladas estão envolvidas em outros processos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo possível risco de perda e que, de acordo com o CPC 25 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes, não geram necessidade de provisionamento. Em 31 de dezembro de 2019, esses processos somam no consolidado R\$ 19.238 (R\$ 85.444 em 2018). A Controladora não possui passivos contingentes classificados com o risco possível.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" e "indenizações" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base na média móvel apurada dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

b. Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas, ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

c. Obrigações legais - Tributárias

A Sociedade e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

29. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é de R\$ 1.052.000 (R\$ 1.052.000 em 2018), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.052.000 (1.052.000 em 2018) quantidade de quotas.

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, em concordância com a legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dessa reserva é de R\$ 85.480 (R\$ 85.480 em 31 de dezembro de 2018).

Não houve alteração do saldo, da reserva pois trata-se de um saldo residual em virtude da mudança da estrutura societária.

</

☆ continuação

31. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo dos serviços prestados (a)	-	-	(2.761.717)	(2.081.094)
Despesas com pessoal	(2.341)	(1.413)	(494.306)	(431.705)
Infraestrutura	(5.656)	(164)	(292.080)	(222.309)
Despesa de marketing	(1.480)	(253)	(424.892)	(312.185)
Honorários profissionais	(6.464)	(1.611)	(166.572)	(103.940)
Serviços de terceiros	(330)	(232)	(91.775)	(108.871)
Despesas de aluguel e manutenção	(445)	(1.632)	(18.710)	(41.483)
Despesa de serviços financeiros	-	-	(20.202)	(60.914)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(132)	(158)	(28.827)	(23.860)
Depreciações e amortizações	(614)	(224)	(81.664)	(51.422)
Tributos e taxas administrativa	(83)	(33)	(7.576)	(4.003)
Despesas com telefonia	(13)	(8)	(2.678)	(3.116)
Despesa de contribuições e doações	(77)	(111)	(15.782)	(12.082)
Despesas com material de escritório	(16)	(16)	(4.194)	(3.657)
Créditos de Pis e Cofins sobre despesas	189	262	260.998	162.561
Outras despesas administrativas	(638)	45	(191.753)	(170.276)
Outras receitas/(despesas) (b)	(87.860)	(15.775)	(577.662)	(231.764)
	(105.960)	(21.323)	(4.919.392)	(3.700.120)

a) Refere-se aos custos operacionais das controladas nas prestações de serviços.

b) Substancialmente na controladora, refere-se à perdas de capitais, e no consolidado, trata-se de perdas operacionais, perdas de capitais, processos e custas judiciais.

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	39.856	28.854	280.516	236.974
Instrumentos financeiros	-	-	11.672	11.765
Atualizações monetárias	25	68	6.152	2.766
Varição cambial positiva	-	9	12.682	18.277
Juros e multas recebidos	-	-	9.071	7.700
Programa incentivo de vendas	-	-	21.980	15.641
Descontos obtidos	10	-	461	1.234
Outras receitas	919	7	35.610	20.046
Total de receitas financeiras	40.810	28.938	378.144	314.403

Continua na próxima página.

Continuação resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bonificações e descontos concedidos	-	-	(151.003)	(197.966)
Programa incentivo de vendas	-	-	(13.677)	(12.200)
Atualização monetária	-	-	(5.235)	(5.857)
Serviços sistemas financeiros	-	-	(304)	(108)
Juros e multas	(306)	(28)	(17.918)	(1.567)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Varição cambial negativa	-	(1)	(13.235)	(17.940)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(21.070)	(17.670)
Outras despesas (a)	(1.898)	(1.348)	(17.518)	(13.289)
Total de despesas financeiras	(2.205)	(1,378)	(239.960)	(266.597)
Resultado financeiro	38.605	27.560	138.184	47.806

a) Refere-se substancialmente a PIS e COFINS sobre receitas financeiras

33. Obrigações e compromissos

a. Serviço de captura de transações

Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente.

b. Serviço de processamento de transações com cartões Alelo

Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Alelo. O contrato iniciou-se em 24 de março de 2006.

c. Serviço de emissão de cartões Alelo

Processo de emissão e personalização dos cartões.

d. Logística de entrega e transporte de cartões Alelo

Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Alelo e Vale-Transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer das partes.

e. Aluguel de imóveis

Em 26 de junho houve a alteração de endereço do imóvel locado na qual o contrato iniciou-se em 01 de dezembro de 2014 com o prazo de locação de 60 meses. Foi concedido um período de carência de 16 (dezesseis) meses a partir da data do contrato de locação, ficando dispensada o pagamento do aluguel até março de 2016 para a adaptação do imóvel às suas atividades empresariais. O contrato deverá ser ajustado a cada período de 12 meses, sendo adotado como índice de reajuste a variação positiva do IGPM (FGV).

34. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, são como segue:

Tipo

	Importância segurada
Predial	51.123
Responsabilidade Civil	719

35. Gestão de Risco

Uma das atribuições da Sociedade como holding, é centralizar a estrutura de gerenciamento de riscos de suas controladas. O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança. Esse modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles executadas na Sociedade de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das suas controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto a alta direção são os comitês de gestão de riscos de cada uma das

controladas. São apresentados mensalmente nos comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos das controladas. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A Sociedade conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Em concordância com a Resolução CMN nº 4.557/17 e com as boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional e controles internos, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital. A Sociedade trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

Por se tratar de uma holding e realizar a consolidação econômico-financeira de suas controladas, a Sociedade não possui risco de crédito, riscos de mercado e risco de liquidez. Estes riscos estão atribuídos às suas controladas, que são os geradores destas exposições. Estes riscos são tratados individualmente em cada uma das controladas. Com relação aos riscos mencionados anteriormente, o único cuja Sociedade está exposta é o risco operacional em detrimento dos processos de atendimento às suas controladas.

• Risco Operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às práticas de mercado, políticas internas da Elopac e à Resolução CMN nº 4.557/17.

36. Novas regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades da Sociedade passaram a estar sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de riscos, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo BACEN.

Em complemento às informações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita a divulgar também, a partir da autorização a ser manifestada pelo órgão regulador, as Informações Financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As controladas Alelo e Elo Serviços já realizaram o protocolo do pedido de autorização e aguardam manifestação do BACEN.

Diretoria

Diretor-Presidente	Diretora	Diretor	Contador
Vinícius Urias Favarão	Esther Dalmas	Marco Aurelio de Queiroz Campos	Marcos Antonio Ribeiro dos Santos - CRC 1SP225353/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração, Cotistas e Administradores da

Elo Participações Ltda.

Barueri, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elo Participações Ltda. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Elo Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado,

concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2020

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador - CRC 1SP245785/O-2

Varginha Energética S.A.

CNPJ/MF nº 11.171.582/0001-95

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Varginha Energética S.A. ("Varginha" ou "Companhia"), uma sociedade constituída com objetivo principal de implantar e explorar o potencial como produtor independente de energia elétrica a partir de fontes alternativas, predominantemente Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCH's"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2019, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados no valor de R\$ 368.

No 2º trimestre de 2019, a CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia") aprovou um plano de integração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" - controladora indireta da Companhia), envolvendo (i) a implementação de ações para a reestruturação e fortalecimento das atividades administrativas da CPFL Renováveis, buscando beneficiar-se de sinergias entre a CPFL Renováveis e o modelo organizacional da CPFL Energia, e (ii) a conclusão de estudos e análises visando a uma reestruturação que possibilite uma possível consolidação, total ou parcial, entre CPFL Geração de Energia S.A. e CPFL Renováveis, ainda a ser avaliada e oportunamente submetida às aprovações competentes.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfli.com.br/ri.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	Fornecedores	23	23
Total do circulante	3	3	Total do circulante	23	23
			Não circulante		
Total do ativo	3	3	Adiantamento para futuro aumento de capital	347	347
			Total do não circulante	347	347
A demonstração do resultado do exercício, demonstração da mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa não estão sendo publicadas para os exercícios de 2019 e 2018 porque não houve movimentação a serem apresentadas nestes períodos. As Demonstrações Financeiras na íntegra, acompanhadas pelas notas explicativas, estão disponíveis na sede da Companhia para consulta.			Patrimônio líquido		
			Capital social	1	1
			Prejuízos acumulados	(368)	(368)
			Total do patrimônio líquido	(367)	(367)
			Total do passivo e do patrimônio líquido	3	3

A Diretoria

CONTABILIDADE

Márcio Célio Porphirio Mendes - Coordenador de Serviços Contábeis - CT CRC 1SP251528/O-0